



CÓD: OP-1710T-21
7908403512850

PM-SP

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

Soldado PM de 2ª Classe (QPPM)

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº DP-2/321/21

Língua Portuguesa

1. Leitura e interpretação de diversos tipos de textos (literários e não literários)	01
2. Sinônimos e antônimos	09
3. Sentido próprio e figurado das palavras	10
4. Pontuação	12
5. Classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, artigo, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem	13
6. Concordância verbal e nominal	20
7. Regência verbal e nominal	22
8. Colocação pronominal	22
9. Crase	22

Matemática

1. Números inteiros: operações e propriedades. Números racionais, representação fracionária e decimal: operações e propriedades. Mínimo múltiplo comum.	01
2. Razão e proporção.	10
3. Porcentagem.	11
4. Regra de três simples.	13
5. Média aritmética simples. Relação entre grandezas: tabelas e gráficos.	15
6. Equação do 1º grau. Sistema de equações do 1º grau.	19
7. Sistema métrico: medidas de tempo, comprimento, superfície e capacidade.	22
8. Noções de geometria: forma, perímetro, área, volume, teorema de Pitágoras.	24
9. Raciocínio lógico. Resolução de situações-problema	35

História Geral

1. Primeira Guerra Mundial.	01
2. O nazifascismo e a Segunda Guerra Mundial.	01
3. A Guerra Fria.	03
4. Globalização e as políticas neoliberais.	04

História do Brasil

1. A Revolução de 1930 e a Era Vargas.	01
2. As Constituições Republicanas.	01
3. A estrutura política e os movimentos sociais no período militar.	02
4. A abertura política e a redemocratização do Brasil.	03

Geografia Geral

1. A nova ordem mundial, o espaço geopolítico e a globalização.	01
2. Os principais problemas ambientais	01

Geografia do Brasil

1. A natureza brasileira (relevo, hidrografia, clima e vegetação).	01
2. A população: crescimento, distribuição, estrutura e movimentos	06
3. As atividades econômicas: industrialização e urbanização, fontes de energia e agropecuária.	09
4. Os impactos ambientais.	11

Atualidades

1. Questões relacionadas a fatos políticos, econômicos, sociais e culturais, nacionais e internacionais, ocorridos a partir de 6 (seis) meses anteriores à publicação deste Edital, divulgados na mídia local e/ou nacional.01

Noções Básicas de Informática

1. MS-Windows 10: conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos, área de trabalho, área de transferência, manipulação de arquivos e pastas, uso dos menus, programas e aplicativos, interação com o conjunto de aplicativos01
2. MS-Office 2010. MS-Word 2010: estrutura básica dos documentos, edição e formatação de textos, cabeçalhos, parágrafos, fontes, colunas, marcadores simbólicos e numéricos, tabelas, impressão, controle de quebras e numeração de páginas, legendas, índices, inserção de objetos, campos predefinidos, caixas de texto. MS-Excel 2010: estrutura básica das planilhas, conceitos de células, linhas, colunas, pastas e gráficos, elaboração de tabelas e gráficos, uso de fórmulas, funções e macros, impressão, inserção de objetos, campos predefinidos, controle de quebras e numeração de páginas, obtenção de dados externos, classificação de dados. MS-PowerPoint 2010: estrutura básica das apresentações, conceitos de slides, anotações, régua, guias, cabeçalhos e rodapés, noções de edição e formatação de apresentações, inserção de objetos, numeração de páginas, botões de ação, animação e transição entre slides.03
3. Correio Eletrônico: uso de correio eletrônico, preparo e envio de mensagens, anexação de arquivos.08
4. Internet: navegação na Internet, conceitos de URL, links, sites, busca e impressão de páginas.12

Noções de Administração Pública

1. CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais: . Capítulo I – Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos; Capítulo IV – Dos Direitos Políticos.01
 2. Título III – Da Organização do Estado: Capítulo VII – Da Administração Pública: Seção I – Disposições Gerais;. Seção III – Dos Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.....08
 3. Título V – Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas: Capítulo III – Da Segurança Pública.12
 4. CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO Título II – Da Organização e Poderes: Capítulo III – Do Poder Executivo;. Capítulo IV – Do Poder Judiciário Seção V – Do Tribunal de Justiça Militar e dos Conselhos de Justiça Militar..15
 5. Título III – Da Organização do Estado:. Capítulo I – Da Administração Pública: Seção I – Disposições Gerais; Capítulo II – Dos Servidores Públicos do Estado: Seção I – Dos Servidores Públicos Cívicos; Seção II – Dos Servidores Públicos Militares Capítulo III – Da Segurança Pública: Seção I – Disposições Gerais; Seção III – Da Polícia Militar.17
 6. LEI FEDERAL Nº 12.527/11 – Lei de Acesso à Informação;22
 7. DECRETO nº 58.052/12 – Regulamenta a Lei nº 12.527/11, que regula o acesso a informações, e dá providências correlatas.29
-

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE DIVERSOS TIPOS DE TEXTOS (LITERÁRIOS E NÃO LITERÁRIOS)

Compreender e interpretar textos é essencial para que o objetivo de comunicação seja alcançado satisfatoriamente. Com isso, é importante saber diferenciar os dois conceitos. Vale lembrar que o texto pode ser verbal ou não-verbal, desde que tenha um sentido completo.

A **compreensão** se relaciona ao entendimento de um texto e de sua proposta comunicativa, decodificando a mensagem explícita. Só depois de compreender o texto que é possível fazer a sua interpretação.

A **interpretação** são as conclusões que chegamos a partir do conteúdo do texto, isto é, ela se encontra para além daquilo que está escrito ou mostrado. Assim, podemos dizer que a interpretação é subjetiva, contando com o conhecimento prévio e do repertório do leitor.

Dessa maneira, para compreender e interpretar bem um texto, é necessário fazer a decodificação de códigos linguísticos e/ou visuais, isto é, identificar figuras de linguagem, reconhecer o sentido de conjunções e preposições, por exemplo, bem como identificar expressões, gestos e cores quando se trata de imagens.

Dicas práticas

1. Faça um resumo (pode ser uma palavra, uma frase, um conceito) sobre o assunto e os argumentos apresentados em cada parágrafo, tentando traçar a linha de raciocínio do texto. Se possível, adicione também pensamentos e inferências próprias às anotações.

2. Tenha sempre um dicionário ou uma ferramenta de busca por perto, para poder procurar o significado de palavras desconhecidas.

3. Fique atento aos detalhes oferecidos pelo texto: dados, fonte de referências e datas.

4. Sublinhe as informações importantes, separando fatos de opiniões.

5. Perceba o enunciado das questões. De um modo geral, questões que esperam **compreensão do texto** aparecem com as seguintes expressões: *o autor afirma/sugere que...; segundo o texto...; de acordo com o autor...* Já as questões que esperam **interpretação do texto** aparecem com as seguintes expressões: *conclui-se do texto que...; o texto permite deduzir que...; qual é a intenção do autor quando afirma que...*

Tipologia Textual

A partir da estrutura linguística, da função social e da finalidade de um texto, é possível identificar a qual tipo e gênero ele pertence. Antes, é preciso entender a diferença entre essas duas classificações.

Tipos textuais

A tipologia textual se classifica a partir da estrutura e da finalidade do texto, ou seja, está relacionada ao modo como o texto se apresenta. A partir de sua função, é possível estabelecer um padrão específico para se fazer a enunciação.

Veja, no quadro abaixo, os principais tipos e suas características:

TEXTO NARRATIVO	Apresenta um enredo, com ações e relações entre personagens, que ocorre em determinados espaço e tempo. É contado por um narrador, e se estrutura da seguinte maneira: apresentação > desenvolvimento > clímax > desfecho
------------------------	---

TEXTO DISSERTATIVO ARGUMENTATIVO	Tem o objetivo de defender determinado ponto de vista, persuadindo o leitor a partir do uso de argumentos sólidos. Sua estrutura comum é: introdução > desenvolvimento > conclusão.
TEXTO EXPOSITIVO	Procura expor ideias, sem a necessidade de defender algum ponto de vista. Para isso, usa-se comparações, informações, definições, conceitualizações etc. A estrutura segue a do texto dissertativo-argumentativo.
TEXTO DESCRITIVO	Expõe acontecimentos, lugares, pessoas, de modo que sua finalidade é descrever, ou seja, caracterizar algo ou alguém. Com isso, é um texto rico em adjetivos e em verbos de ligação.
TEXTO INJUNTIVO	Oferece instruções, com o objetivo de orientar o leitor. Sua maior característica são os verbos no modo imperativo.

Gêneros textuais

A classificação dos gêneros textuais se dá a partir do reconhecimento de certos padrões estruturais que se constituem a partir da função social do texto. No entanto, sua estrutura e seu estilo não são tão limitados e definidos como ocorre na tipologia textual, podendo se apresentar com uma grande diversidade. Além disso, o padrão também pode sofrer modificações ao longo do tempo, assim como a própria língua e a comunicação, no geral.

Alguns exemplos de gêneros textuais:

- Artigo
- Bilhete
- Bula
- Carta
- Conto
- Crônica
- E-mail
- Lista
- Manual
- Notícia
- Poema
- Propaganda
- Receita culinária
- Resenha
- Seminário

Vale lembrar que é comum enquadrar os gêneros textuais em determinados tipos textuais. No entanto, nada impede que um texto literário seja feito com a estruturação de uma receita culinária, por exemplo. Então, fique atento quanto às características, à finalidade e à função social de cada texto analisado.

ARGUMENTAÇÃO

O ato de comunicação não visa apenas transmitir uma informação a alguém. Quem comunica pretende criar uma imagem positiva de si mesmo (por exemplo, a de um sujeito educado, ou inteligente, ou culto), quer ser aceito, deseja que o que diz seja admitido como verdadeiro. Em síntese, tem a intenção de convencer, ou seja, tem o desejo de que o ouvinte creia no que o texto diz e faça o que ele propõe.

Se essa é a finalidade última de todo ato de comunicação, todo texto contém um componente argumentativo. A argumentação é o conjunto de recursos de natureza linguística destinados a persuadir

a pessoa a quem a comunicação se destina. Está presente em todo tipo de texto e visa a promover adesão às teses e aos pontos de vista defendidos.

As pessoas costumam pensar que o argumento seja apenas uma prova de verdade ou uma razão indiscutível para comprovar a veracidade de um fato. O argumento é mais que isso: como se disse acima, é um recurso de linguagem utilizado para levar o interlocutor a crer naquilo que está sendo dito, a aceitar como verdadeiro o que está sendo transmitido. A argumentação pertence ao domínio da retórica, arte de persuadir as pessoas mediante o uso de recursos de linguagem.

Para compreender claramente o que é um argumento, é bom voltar ao que diz Aristóteles, filósofo grego do século IV a.C., numa obra intitulada *“Tópicos: os argumentos são úteis quando se tem de escolher entre duas ou mais coisas”*.

Se tivermos de escolher entre uma coisa vantajosa e uma desvantajosa, como a saúde e a doença, não precisamos argumentar. Suponhamos, no entanto, que tenhamos de escolher entre duas coisas igualmente vantajosas, a riqueza e a saúde. Nesse caso, precisamos argumentar sobre qual das duas é mais desejável. O argumento pode então ser definido como qualquer recurso que torna uma coisa mais desejável que outra. Isso significa que ele atua no domínio do preferível. Ele é utilizado para fazer o interlocutor crer que, entre duas teses, uma é mais provável que a outra, mais possível que a outra, mais desejável que a outra, é preferível à outra.

O objetivo da argumentação não é demonstrar a verdade de um fato, mas levar o ouvinte a admitir como verdadeiro o que o enunciador está propondo.

Há uma diferença entre o raciocínio lógico e a argumentação. O primeiro opera no domínio do necessário, ou seja, pretende demonstrar que uma conclusão deriva necessariamente das premissas propostas, que se deduz obrigatoriamente dos postulados admitidos. No raciocínio lógico, as conclusões não dependem de crenças, de uma maneira de ver o mundo, mas apenas do encadeamento de premissas e conclusões.

Por exemplo, um raciocínio lógico é o seguinte encadeamento:

A é igual a B.

A é igual a C.

Então: C é igual a A.

Admitidos os dois postulados, a conclusão é, obrigatoriamente, que C é igual a A.

Outro exemplo:

Todo ruminante é um mamífero.

A vaca é um ruminante.

Logo, a vaca é um mamífero.

Admitidas como verdadeiras as duas premissas, a conclusão também será verdadeira.

No domínio da argumentação, as coisas são diferentes. Nele, a conclusão não é necessária, não é obrigatória. Por isso, deve-se mostrar que ela é a mais desejável, a mais provável, a mais plausível. Se o Banco do Brasil fizer uma propaganda dizendo-se mais confiável do que os concorrentes porque existe desde a chegada da família real portuguesa ao Brasil, ele estará dizendo-nos que um banco com quase dois séculos de existência é sólido e, por isso, confiável. Embora não haja relação necessária entre a solidez de uma instituição bancária e sua antiguidade, esta tem peso argumentativo na afirmação da confiabilidade de um banco. Portanto é provável que se creia que um banco mais antigo seja mais confiável do que outro fundado há dois ou três anos.

Enumerar todos os tipos de argumentos é uma tarefa quase impossível, tantas são as formas de que nos valem para fazer as pessoas preferirem uma coisa a outra. Por isso, é importante entender bem como eles funcionam.

Já vimos diversas características dos argumentos. É preciso acrescentar mais uma: o convencimento do interlocutor, o **auditório**, que pode ser individual ou coletivo, será tanto mais fácil quanto mais os argumentos estiverem de acordo com suas crenças, suas expectativas, seus valores. Não se pode convencer um auditório pertencente a uma dada cultura enfatizando coisas que ele abomina. Será mais fácil convencê-lo valorizando coisas que ele considera positivas. No Brasil, a publicidade da cerveja vem com frequência associada ao futebol, ao gol, à paixão nacional. Nos Estados Unidos, essa associação certamente não surtiria efeito, porque lá o futebol não é valorizado da mesma forma que no Brasil. O poder persuasivo de um argumento está vinculado ao que é valorizado ou desvalorizado numa dada cultura.

Tipos de Argumento

Já verificamos que qualquer recurso linguístico destinado a fazer o interlocutor dar preferência à tese do enunciador é um argumento.

Argumento de Autoridade

É a citação, no texto, de afirmações de pessoas reconhecidas pelo auditório como autoridades em certo domínio do saber, para servir de apoio àquilo que o enunciador está propondo. Esse recurso produz dois efeitos distintos: revela o conhecimento do produtor do texto a respeito do assunto de que está tratando; dá ao texto a garantia do autor citado. É preciso, no entanto, não fazer do texto um amontoado de citações. A citação precisa ser pertinente e verdadeira.

Exemplo:

“A imaginação é mais importante do que o conhecimento.”

Quem disse a frase aí de cima não fui eu... Foi Einstein. Para ele, uma coisa vem antes da outra: sem imaginação, não há conhecimento. Nunca o inverso.

Alex José Periscinoto.

In: Folha de S. Paulo, 30/8/1993, p. 5-2

A tese defendida nesse texto é que a imaginação é mais importante do que o conhecimento. Para levar o auditório a aderir a ela, o enunciador cita um dos mais célebres cientistas do mundo. Se um físico de renome mundial disse isso, então as pessoas devem acreditar que é verdade.

Argumento de Quantidade

É aquele que valoriza mais o que é apreciado pelo maior número de pessoas, o que existe em maior número, o que tem maior duração, o que tem maior número de adeptos, etc. O fundamento desse tipo de argumento é que mais = melhor. A publicidade faz largo uso do argumento de quantidade.

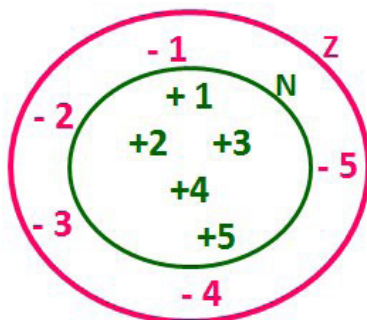
Argumento do Consenso

É uma variante do argumento de quantidade. Fundamenta-se em afirmações que, numa determinada época, são aceitas como verdadeiras e, portanto, dispensam comprovações, a menos que o objetivo do texto seja comprovar alguma delas. Parte da ideia de que o consenso, mesmo que equivocado, corresponde ao indiscutível, ao verdadeiro e, portanto, é melhor do que aquilo que não desfruta dele. Em nossa época, são consensuais, por exemplo, as afirmações de que o meio ambiente precisa ser protegido e de que as condições de vida são piores nos países subdesenvolvidos. Ao confiar no consenso, porém, corre-se o risco de passar dos argumentos válidos para os lugares comuns, os preconceitos e as frases carentes de qualquer base científica.

NÚMEROS INTEIROS: OPERAÇÕES E PROPRIEDADES. NÚMEROS RACIONAIS, REPRESENTAÇÃO FRACIONÁRIA E DECIMAL: OPERAÇÕES E PROPRIEDADES. MÍNIMO MÚLTIPLO COMUM

Conjunto dos números inteiros - $\mathbb{Z}$

O conjunto dos números inteiros é a reunião do conjunto dos números naturais $N = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots, n, \dots\}$ ($N \subset \mathbb{Z}$); o conjunto dos opostos dos números naturais e o zero. Representamos pela letra $\mathbb{Z}$.



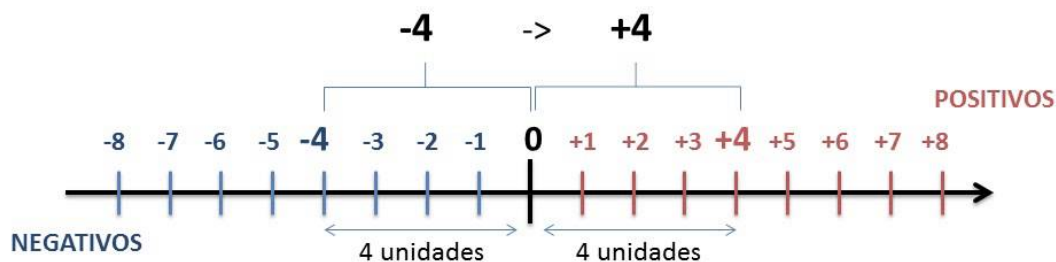
$N \subset \mathbb{Z}$ (N está contido em $\mathbb{Z}$)

Subconjuntos:

SÍMBOLO	REPRESENTAÇÃO	DESCRIÇÃO
*	$\mathbb{Z}^*$	Conjunto dos números inteiros não nulos
+	$\mathbb{Z}_+$	Conjunto dos números inteiros não negativos
* e +	$\mathbb{Z}_+^*$	Conjunto dos números inteiros positivos
-	$\mathbb{Z}_-$	Conjunto dos números inteiros não positivos
* e -	$\mathbb{Z}_-^*$	Conjunto dos números inteiros negativos

Observamos nos números inteiros algumas características:

- **Módulo:** distância ou afastamento desse número até o zero, na reta numérica inteira. Representa-se o módulo por $| \cdot |$. O módulo de qualquer número inteiro, diferente de zero, é sempre positivo.
- **Números Opostos:** dois números são opostos quando sua soma é zero. Isto significa que eles estão a mesma distância da origem (zero).



Somando-se temos: $(+4) + (-4) = (-4) + (+4) = 0$

Operações

- **Soma ou Adição:** Associamos aos números inteiros positivos a ideia de ganhar e aos números inteiros negativos a ideia de perder.

ATENÇÃO: O sinal (+) antes do número positivo pode ser dispensado, mas o sinal (-) antes do número negativo nunca pode ser dispensado.

• **Subtração:** empregamos quando precisamos tirar uma quantidade de outra quantidade; temos duas quantidades e queremos saber quanto uma delas tem a mais que a outra; temos duas quantidades e queremos saber quanto falta a uma delas para atingir a outra. A subtração é a operação inversa da adição. O sinal sempre será do maior número.

ATENÇÃO: todos parênteses, colchetes, chaves, números, ..., entre outros, precedidos de sinal negativo, tem o seu sinal invertido, ou seja, é dado o seu oposto.

Exemplo:

(FUNDAÇÃO CASA – AGENTE EDUCACIONAL – VUNESP) Para zelar pelos jovens internados e orientá-los a respeito do uso adequado dos materiais em geral e dos recursos utilizados em atividades educativas, bem como da preservação predial, realizou-se uma dinâmica elencando “atitudes positivas” e “atitudes negativas”, no entendimento dos elementos do grupo. Solicitou-se que cada um classificasse suas atitudes como positiva ou negativa, atribuindo (+4) pontos a cada atitude positiva e (-1) a cada atitude negativa. Se um jovem classificou como positiva apenas 20 das 50 atitudes anotadas, o total de pontos atribuídos foi

- (A) 50.
(B) 45.
(C) 42.
(D) 36.
(E) 32.

Resolução:

50-20=30 atitudes negativas

20.4=80

30.(-1)=-30

80-30=50

Resposta: A

• **Multiplicação:** é uma adição de números/ fatores repetidos.

Na multiplicação o produto dos números a e b , pode ser indicado por $a \times b$, $a \cdot b$ ou ainda ab sem nenhum sinal entre as letras.

• **Divisão:** a divisão exata de um número inteiro por outro número inteiro, diferente de zero, dividimos o módulo do dividendo pelo módulo do divisor.

ATENÇÃO:

1) No conjunto Z , a divisão não é comutativa, não é associativa e não tem a propriedade da existência do elemento neutro.

2) Não existe divisão por zero.

3) Zero dividido por qualquer número inteiro, diferente de zero, é zero, pois o produto de qualquer número inteiro por zero é igual a zero.

Na multiplicação e divisão de números inteiros é muito importante a **REGRA DE SINAIS**:

Sinais iguais (+) (+); (-) (-) = resultado sempre positivo.

Sinais diferentes (+) (-); (-) (+) = resultado sempre negativo.

Exemplo:

(PREF.DE NITERÓI) Um estudante empilhou seus livros, obtendo uma única pilha 52cm de altura. Sabendo que 8 desses livros possui uma espessura de 2cm, e que os livros restantes possuem espessura de 3cm, o número de livros na pilha é:

- (A) 10
(B) 15
(C) 18
(D) 20
(E) 22

Resolução:

São 8 livros de 2 cm: $8.2 = 16$ cm

Como eu tenho 52 cm ao todo e os demais livros tem 3 cm, temos:

$52 - 16 = 36$ cm de altura de livros de 3 cm

$36 : 3 = 12$ livros de 3 cm

O total de livros da pilha: $8 + 12 = 20$ livros ao todo.

Resposta: D

• **Potenciação:** A potência a^n do número inteiro a , é definida como um produto de n fatores iguais. O número a é denominado a **base** e o número n é o **expoente**. $a^n = a \times a \times a \times a \times \dots \times a$, a é multiplicado por a n vezes. Tenha em mente que:

– Toda potência de **base positiva** é um número **inteiro positivo**.

– Toda potência de **base negativa** e **expoente par** é um número **inteiro positivo**.

– Toda potência de **base negativa** e **expoente ímpar** é um número **inteiro negativo**.

Propriedades da Potenciação

1) Produtos de Potências com bases iguais: Conserva-se a base e somam-se os expoentes. $(-a)^3 \cdot (-a)^6 = (-a)^{3+6} = (-a)^9$

2) Quocientes de Potências com bases iguais: Conserva-se a base e subtraem-se os expoentes. $(-a)^8 : (-a)^6 = (-a)^{8-6} = (-a)^2$

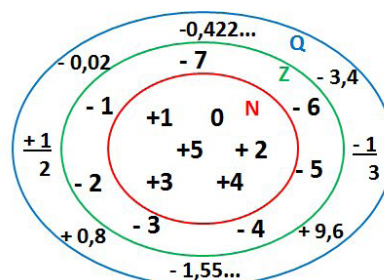
3) Potência de Potência: Conserva-se a base e multiplicam-se os expoentes. $[(-a)^5]^2 = (-a)^{5 \cdot 2} = (-a)^{10}$

4) Potência de expoente 1: É sempre igual à base. $(-a)^1 = -a$ e $(+a)^1 = +a$

5) Potência de expoente zero e base diferente de zero: É igual a 1. $(+a)^0 = 1$ e $(-b)^0 = 1$

Conjunto dos números racionais – Q

Um número racional é o que pode ser escrito na forma $\frac{m}{n}$, onde m e n são números inteiros, sendo que n deve ser diferente de zero. Frequentemente usamos m/n para significar a divisão de m por n .



N C Z C Q (N está contido em Z que está contido em Q)

Subconjuntos:

SÍMBOLO	REPRESENTAÇÃO	DESCRIÇÃO
*	Q^*	Conjunto dos números racionais não nulos
+	Q_+	Conjunto dos números racionais não negativos
* e +	Q^*_+	Conjunto dos números racionais positivos
-	Q_-	Conjunto dos números racionais não positivos
* e -	Q^*_-	Conjunto dos números racionais negativos

HISTÓRIA GERAL. PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

Definição: a Primeira Guerra Mundial foi o primeiro combate em estado de guerra total, o que quer dizer que as nações envolvidas mobilizaram todos os seus recursos para ensejar o conflito; foi resultado das intensas transformações que ocorriam no continente europeu e que acabaram levando as diversas nações ao enfrentamento.

Duração: o conflito teve início em 28 de julho de 1914 e se estendeu por quatro anos, mais especificamente até 11 de novembro de 1918.

Países envolvidos: as nações envolvidas se dispuseram em duas alianças oponentes:

- **Tríplice Aliança:** Alemanha, Áustria-Hungria, Império Otomano e Itália eram as principais forças, além Bulgária e outros Estados e povos.

- **Tríplice Entente:** também conhecida por “os aliados”, suas principais forças eram França, Grã-Bretanha e Rússia. Com a reorganização dessas alianças, a Itália, que participava da Tríplice Aliança, acabou aderindo à Tríplice Entente, um ano após o início da guerra. Canadá, Estados Unidos, Grécia e Japão também faziam parte desse acordo.

Causas

Políticas imperialistas: no segundo período do século XIX, a Alemanha havia sofrido um processo de unificação, o que a levou à busca de colônias para sua nação. Essa ascendência alemã gerou receio em países como França, Grã-Bretanha e Rússia, que enxergavam no fortalecimento alemão o comprometimento de seus interesses.

Nacionalismos: esse âmbito abrangeu diversos países, sendo a Alemanha chefe do pangermanismo, movimento nacionalista de suporte às ideologias imperialistas alemãs e suas investidas de expansão territorial no início do século XX. Havia também o chamado revanchismo francês, um movimento ocorrido na França em 1870, que consistiu na concessão da região da Alsácia-Lorena ao recentemente unificado Império alemão, por meio do Tratado de Frankfurt.

Formação de alianças militares: as diversas alianças que foram estabelecidas no decorrer de décadas precedentes levaram às grandes potências ao combate em questão de semanas. Por meio das colônias, a guerra acabou se disseminando por todas as regiões do planeta.

O assassinato do herdeiro do trono da Áustria-Hungria, o arquiduque Francisco Fernando da Áustria, em 28 de junho de 1914 foi o estopim instantâneo do conflito. Primeiramente, levou à crise política chamada de Crise de Julho, para a qual não houve solução diplomática. Assim, guerras após guerras foram declaradas em série. Essa cadeia de conflitos culminou, inevitavelmente, na Primeira Guerra Mundial.

O NAZIFASCISMO E A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

O NAZIFASCISMO E A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Nazismo e fascismo: a Primeira Guerra Mundial deixou no mundo um cenário crítico e desestruturado, levando, entre outras, à criação de partidos ultranacionalistas. O objetivo era pregar um Estado totalitário e forte, capaz de solucionar as crises provocadas ante à toda destruição e incertezas do pós-guerra. Essas duas doutrinas se fundamentavam no entusiasmo por revanche da Primeira Guerra Mundial para estabelecer em seu território um clima ostensivo de adversidade e se investiram de tal clima para conquistar o poder, exercendo seu governo autoritariamente. Tais governanças impuseram tamanha tensão entre as nações europeias, que resultaram, fatalmente, na Segunda Guerra Mundial.

Fascismo: o nome Fascismo designa uma forma de governo autoritário e extremamente nacionalista.

- Origem: Itália. O italiano Benito Mussolini era ligado ao Partido Nacional Fascista e, em 1922, foi declarado primeiro ministro. Em 1924, se beneficiou das estratégias políticas para se tornar o único comando no país, instituindo uma forma e ditadura anuída. Apesar da teoria socialista predominante em sua política, ele conseguiu apoio popular suficiente para promover uma intensa perseguição ao socialismo no país.

- Principais características do fascismo: com seus ideais mais inclinados para a direita, o fascismo era marcado pela extrema hostilidade e quaisquer governos de esquerdas, além do militarismo, etnocentrismo, nacionalismo exacerbado, totalitarismo, anticomunismo, unipartidarismo, antiliberalismo e corporativismo.

Nazismo: vertente do fascismo.

- Origem: Adolph Hitler, de nacionalidade austríaca, teve participação na Primeira Guerra Mundial, no final da qual recebeu reconhecimento militar por sua bravura. Com o encerramento do conflito, Hitler se filiou ao Partido dos Trabalhadores Alemães, que, mais tarde, se tornaria Partido Nacional Socialista Alemão (ou Partido Nazista). No ano de 1921, Hitler alçou o posto de chefe do partido, sendo, posteriormente, nomeado *chanceler*, o que o permitiu perseguir e extinguir todo e qualquer movimento oponente. Em 1934, Hitler se encontrava no comando de toda a Alemanha nazista, conservando a liderança do Partido Nacional Socialista, que, apesar de populista, era extremamente racista, pois pregava os arianos era superiores às demais raças.

- Principais características do nazismo: nacionalismo, totalitarismo, antiliberalismo, anticomunismo, militarismo, unipartidarismo, racismo e arianismo.

Segunda Guerra Mundial: ocorreu de 1939 a 1945, sendo o confronto mais mortal da história da Humanidade. O nazifascismo, com suas políticas militarista e expansionista, levou a um novo combate em âmbito global. Por seis anos, Eixo e Aliados concorreram para a vitória. O Brasil teve participação oficial com as guarnições aliadas. Depois da Segunda Guerra Mundial, o mundo sofreu transformações intensas e não foi mais o mesmo.

Causas da Segunda Guerra Mundial

- Crise de 1929: singularmente de cunho capitalista, essa crise prejudicou a crença na economia liberal e desestruturou a Europa.
- Fortalecimento e evidência do socialismo na Rússia.
- Questões que a Primeira Guerra Mundial deixou mal resolvidas no território europeu.

- Revanchismo alemão contra a repressão do Tratado de Versalhes: tal revanchismo possibilitou que a superioridade de determinados povos, pregada pelos governos ditadores, fosse consentida em seus territórios correspondentes.

- Esse cenário de crise econômica, social e política favoreceu o surgimento de grupos radicais que asseguravam o resgate da grandeza do Império da Alemanha: Hitler e seu partido nazista conquistavam confiança e espaço na política alemã.

- Ascensão de Hitler: em 1933, ao ser nomeado chanceler, Hitler conseguiu aumentar o domínio da Alemanha sobre todo o território europeu, pleiteando terras que outrora fizeram parte do Império Alemão.

- Ausência de representatividade italiana na Primeira Guerra Mundial. A Itália, assim como a Alemanha, teve prejuízos no fim da Primeira Guerra Mundial, enfrentando desemprego e crise econômica por toda a década de 1920. O líder do Partido Fascista, Mussolini, alcançou o poder em 1922.

- Tamanhas semelhanças aproximaram os ditadores italiano e alemão, que estabeleceram alianças de cunho militar e político. O Japão também foi anexado ao Eixo, que enfrentaria o conflito contra os Aliados.

Nações que combateram na Segunda Guerra Mundial

- Aliados: Estados Unidos, Inglaterra, França e União Soviética
- Eixo: Alemanha, Itália e Japão

Participação do Brasil: na Primeira Guerra Mundial, o Brasil esteve neutro, porém, em 1942, as circunstâncias se modificaram quando o então presidente norte americano, Franklin Roosevelt, visitou o país. Na ocasião, o acordo estabelecido foi de que o Brasil concederia a base aérea de Natal, no Rio Grande do Norte, e, em contrapartida, os Estados Unidos ofereceriam empréstimos para que Getúlio Vargas pudesse dar continuidade à sua política de investimento na indústria de base. Dessa forma, o Brasil, apesar de simpatizante do nazifascismo, declarou guerra ao Eixo, pondo fim às suas relações diplomáticas com os alemães. Além disso, o Brasil enviou guerrilhas para o conflito na Europa, criando, inclusive, em 1944, a Força Expedicionária Brasileira (FEB), que foi mandada para combate contra as guarnições italianas nazistas.

Primeira fase da Segunda Guerra Mundial (de 1939 a 1942):

- no primeiro ano da guerra, as tropas nazistas embrenharam-se pelo território europeu, sendo que no ano seguinte, as guarnições nazistas já tinham invadido a maior parte da França.

- a rendição francesa fazia parte do revanchismo alemão, sendo que Hitler exigiu que fosse assinada no mesmo local (um vagão de trem) que tinha acontecido a rendição dos alemães, no fim da Primeira Guerra Mundial.

- aviões alemães atacaram a Inglaterra.

- a reação inglesa teve início somente em 1940, quando Winston Churchill foi nomeado primeiro-ministro.

- em 1941, após invasão liderada por Hitler, as tropas nazistas foram derrotadas no território da União Soviética, dando fim ao período favorável ao grupo Eixo.

- ainda em 1941, os estados Unidos entram na guerra, após terem sua base aérea, Pearl Harbor, no Oceano Pacífico, atacada por kamikazes japoneses.

Segunda fase da Segunda Guerra Mundial (1943 a 1945):

- com a entrada da União Soviética e dos Estados Unidos na guerra, França e Inglaterra passaram a contar com importantes auxílios para reagir às investidas dos nazifascistas.

- as tropas aliadas contra-atacaram, conseguindo pôr a perder todo o avanço que o Eixo havia alcançado na primeira fase do conflito. Na parte ocidental das tropas aliadas, estavam França, Inglaterra e Estados Unidos; ao Oriente, estavam as tropas soviéticas.

- encurralado pelas tropas aliadas, rapidamente o Eixo foi se enfraquecendo e perdendo espaço no território europeu. A primeira derrota foi de Mussolini.

- a data de 6 de junho de 1944 foi a mais marcante para as tropas aliadas. Conhecido como o Dia D, a chegada dos aliados à região norte do território francês, mais especificamente, à Normandia, foi definitiva para o derradeiro encaminhamento do Eixo à derrota, pois deu início à liberdade da França do poder nazista.

em 1943, a Itália foi responsável pela primeira rendição nazista e, em 1945, vendo que a derrota do Eixo era certa, Hitler se escondeu em um *bunker* na capital alemã

- em 8 de maio de 1945, as tropas alemãs renderam-se ao inimigo. Essa data é considerada o Dia da Vitória.

- enquanto na Europa a Segunda Guerra já tinha se encerrado, os combates prosseguiram, porque o Japão se recusou a assinar a rendição em benefício das tropas norte-americanas.

- bombas atômicas: em virtude da retaliação ao ataque a Pearl Harbor - e diante da negação japonesa de rendição - as tropas norte-americanas lançaram duas bombas atômicas sobre as cidades de Hiroshima e Nagasaki.

Principais resultados pós Segunda Guerra Mundial

Surgimento de superpotências: Estados Unidos, capitalista, e União Soviética, comunista.

Enfraquecimento da Europa: as potências europeias, mesmo as que saíram vitoriosas no conflito, não tinham mais capacidade de preservar suas colônias nos continentes asiático e africano, dando margem ao processo de descolonização e independência

Desnazificação da Alemanha: o território alemão, incluindo sua capital, Berlim, sofreu divisão nas regiões de domínio das nações triunfantes, e houve a destruição de símbolos relacionados a Hitler e ao nazismo. Os adeptos à doutrina foram julgados e condenados à pena capital, no Tribunal de Nuremberg.

Criação da Organização das Nações Unidas: a despeito do insucesso da Liga das Nações (instituição mundial constituída assim que a Primeira Guerra Mundial se encerrou) em assegurar a paz mundial e prevenir um novo conflito de iguais proporções, conservou-se a esperança de um órgão internacional que tivesse o mesmo propósito. Assim, em 1945 foi criada a Organização das Nações Unidas, cujos objetivos eram prevenir a ocorrência de uma nova guerra mundial e garantir o cumprimento e a defesa dos Direitos Humanos.

Início da Guerra Fria: antes mesmo do fim da Segunda Guerra Mundial, União Soviética e Estados Unidos já delineavam suas divergências a respeito do cenário global a se formar no pós-guerra. Assim, americanos e soviéticos entraram em um conflito ideológico, ou seja, iniciava-se, em 1947, a Guerra Fria. Os armamentos nucleares passaram a ser disputados diplomaticamente e em forma de intimidação.

HISTÓRIA DO BRASIL. A REVOLUÇÃO DE 1930 E A ERA VARGAS

A REVOLUÇÃO DE 1930 E A ERA VARGAS

Resumo:

A Revolução de 1930: movimento organizado pelos estados Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, que sucedeu no golpe de Estado que destituiu Washington Luís do cargo de Presidente da República, além de impossibilitar a posse do novo eleito para o cargo, Júlio Prestes.

Motivação: a principal justificativa para a revolta foi a fraude eleitoral. Além disso, duas outras causas favoreceram o movimento: o homicídio de João Pessoa, governador da Paraíba, e a insatisfação provocada na população pela a crise econômica de 1929.

Liderança: o líder articulador do movimento, Getúlio Dornelles Vargas, governador do Rio Grande do Sul (ou “presidente”, conforme se denominava o cargo naquela época), ficou encarregado do novo comando político do país, com a missão de dissolver o sistema oligárquico que dominava a política brasileira.

A Era Vargas como a principal consequência: a liderança de Vargas, que, inicialmente, era de natureza temporária, prolongou-se por 15 anos, e o período ficou conhecido como a Era Vargas. De 1930 a 1945, o Brasil viveu o período caracterizado como “a ditadura de Vargas” ou Estado Novo, cujo aspecto principal foi a proximidade com as massas populacionais.

Importância histórica da Revolução de 1930: pôs fim às alianças políticas entre as autoridades das diversas regiões do país, que favoreciam conveniências pessoais em detrimento do benefício do Estado. Portanto, extinguiu a denominada República Velha, sendo considerada o grande acontecimento do período republicano da história do Brasil.

Cenário político

Política do café com leite: as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais conduziam a política nacional, e, por meio de eleições fraudulentas, submetiam todo o país a uma economia agroexportadora. Nesse sistema político, também chamado de “política dos governadores”, as elites dos dois estados revezavam-se no cargo de presidente da República, sempre nomeando candidatos que favoreceriam seus interesses.

Queda da Bolsa de Nova York: a crise, também conhecida por Grande Depressão Americana, afetou diretamente a exportação do café paulista, principal fluxo da economia brasileira na época. Houve problemas financeiros e muito desemprego. A mesma oligarquia que chefiava esse setor econômico também controlava o poder político, e sua estratégia de recuperação econômica era integralmente centrada na sucessão à presidência da República. A recessão da economia provocou insatisfação da população com relação ao governo de Washington Luís.

Aliança Liberal (AL): quando Washington Luís indicou Júlio Prestes, também paulista, para seu sucessor, o então presidente contrariou a articulação política que alternava o poder entre Minas e São Paulo. Esse conflito entre os dois estados foi seguido pela Aliança Liberal, constituída por autoridades políticas de Pernambuco, Paraíba, cujo intuito era promover concorrentes à presidência que proporcionassem uma alternativa à política do café com leite. Assim, lançou-se a chapa formada por Getúlio Vargas para presidente e João Pessoa para vice.

Eleições de 1930: a chapa “Vargas Pessoa” não foi suficiente para concorrer à altura com a máquina eleitoreira comandada por Washington Luís, que admitia, apoio de políticos de outros estados, compra de votos, coerções e fraudes nas urnas.

Cenário favorável ao golpe:

• **Aliados importantes:** após a incontestável fraude eleitoral, a AL conseguiu reforço de ninguém menos que os militares. O exército, inclusive (mais propriamente a sua baixa patente, os tenentes), já possuía antecedentes de iniciativas no combate ao sistema político desde o princípio da chamada Velha República, com destaque para a Revolta do Forte de Copacabana e a Revolta Paulista, em 1922 e 1924, respectivamente.

• **Assassinato de João Pessoa:** em 26 de julho de 1930, portanto, meses antes do golpe, que ocorreu em 24 de outubro, o então governador da Paraíba foi morto por um adversário político, João Duarte Dantas. Apesar da alegação dos revolucionários, a motivação desse crime não foi de natureza política, e, sim, por desavenças pessoais, segundo o próprio algoz.

Características da Era Vargas:

Centralização do poder: Vargas atuou para fortalecer os poderes do Executivo e tornar o Legislativo cada vez mais fraco.

Negociação política: desde a Revolução de 1930, o potencial de Vargas na conciliação de grupos contrário foi construído e aprimorado durante sua atuação política.

Política Trabalhista: a criação do Ministério do Trabalho, bem como das leis trabalhistas, é resultado dessa política focada nas camadas operárias.

Uso de propaganda política: Vargas criou o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), para promover os atributos e iniciativas do seu governo.

Populismo: Vargas promoveu intensamente a relação direta e não institucionalizada entre líder e massas, o enfraquecimento do sistema partidário, a defesa da união das massas e a liderança aliçada no carisma.

AS CONSTITUIÇÕES REPUBLICANAS

AS CONSTITUIÇÕES REPUBLICANAS

1ª Constituição - 1824 - Império

Decretada por: D. Pedro I, com o apoio do Partido Português, formado pelo alto escalão do funcionalismo público e por comerciantes portugueses.

Forma de promulgação: imposição. A Assembleia Constituinte de 1823 foi dissolvida pelo imperador, que, em seguida, impôs seu próprio projeto.

Principais diligências:

• criação do Poder Moderador, para reforçar o poder do imperador, ao qual se subordinavam os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário

• o direito ao voto era atribuído apenas aos homens livres e donos de propriedades, com renda fixa anual de cem mil réis

2ª Constituição (1891) - Brasil República

Decretada por: Marechal Deodoro da Fonseca Rui Barbosa

Forma de promulgação: Assembleia Constituinte

Principais diligências:

• instauração do governo republicano e da forma federativa de Estado

• redução das restrições ao sufrágio, mantendo, ainda, a proibição do voto aos analfabetos e indigentes

• regulamentação da independência dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário

• estabelecimento do *habeas corpus*

- desvinculação de Igreja e Estado, destituindo a Igreja Católica da categoria de religião oficial

3ª Constituição - 1934 - Segunda República

Decretada por: Getúlio Vargas

Forma de promulgação: Assembleia Constituinte

Principais diligências:

- maior poder ao governo federal
- voto obrigatório e secreto a partir dos 18 anos
- direito de voto às mulheres, porém, ainda proibido a analfabetos e mendigos
- criação da Justiça Eleitoral e da Justiça do Trabalho
- criação de leis trabalhistas (jornada de trabalho de 8 horas diárias, além do direito ao repouso semanal e a férias remuneradas)
- ação popular e mandado de segurança
- fortalecimento da segurança do Estado e das funções do Poder Executivo, como forma de coibir “movimento subversivo das instituições políticas e sociais” (por meio de emenda, em 1935)

4ª Constituição - 1937 - Estado Novo

Decretada por: Getúlio Vargas

Forma de promulgação: imposição. A partir da publicação da Carta Constitucional do Estado Novo, fundamentada em princípios fascistas, os partidos políticos foram suprimidos e o poder foi concentrado nas mãos do líder supremo do poder Executivo.

Principais diligências:

- supressão das liberdades de imprensa e partidária
- extinção das independências dos Poderes Legislativo e Judiciário
- autorização para suspensão da imunidade parlamentar
- limitação das garantias do Congresso Nacional
- eleição indireta para presidente da República e mandato de seis anos
- exílio e prisão de opositores do governo
- instauração da pena de morte

5ª Constituição - 1946 - República

Decretada por: Congresso

Forma de promulgação: Assembleia Nacional Constituinte

Principais diligências:

- retomada da linha democrática de 1934
- restabelecimento dos direitos individuais
- fim da censura e da pena de morte
- retorno da independência ao Executivo, Legislativo e Judiciário
- restabelecimento o equilíbrio entre esses poderes
- autonomia de estados e municípios
- instituição de eleições diretas para presidente da República, com mandato de cinco anos
- incorporação da Justiça do Trabalho e do Tribunal Federal de Recursos ao Poder Judiciário
- pluralidade partidária
- direito de greve e livre associação sindical
- condicionamento do uso da propriedade ao bem-estar social, possibilitando a desapropriação por interesse social

6ª Constituição - 1967 - Regime Militar

Decretada por: militares

Forma de promulgação: imposição. A proposta foi encaminhada para aprovação do parlamento, porém, o regime militar, embora tivesse preservado o Congresso Nacional, exercia total controle e domínio sobre o Poder Legislativo.

Principais diligências:

- preservação da Federação, com expansão da União
- adoção da eleição indireta para presidente da República, por meio de Colégio Eleitoral do Congresso e delegados nomeados pelas Assembleias Legislativas
- suspensão das prerrogativas dos magistrados
- sofreu emendas por sucessivas expedições de Atos Institucionais (AIs), dispositivos de legitimação e legalização das ações políticas dos militares, concedendo-lhes poderes extraconstitucionais. O principal desses mecanismos foi o AI-5 (1968), que deu ao regime poderes absolutos e fechou Congresso Nacional por cerca de um ano, além de instaurar o recesso dos mandatos de senadores, deputados e vereadores.
- também se destacam as seguintes medidas: censura aos meios de comunicação, suspensão de qualquer reunião de natureza suspensão do *habeas corpus* para crimes políticos; autorização e permissão para intervenção em estados e municípios e promulgação do estado de sítio.

7ª Constituição (Constituição Cidadã) 1988 - Nova República

Decretada por: José Sarney

Forma de promulgação: Assembleia Nacional Constituinte

Principais diligências:

- ampliação das liberdades civis e os direitos e garantias individuais
- alteração das relações econômicas, políticas e sociais
- instauração do direito ao voto aos analfabetos e aos cidadãos a partir dos 16 anos
- estabelecimento de novos direitos trabalhistas (redução da jornada semanal de 48 para 44 horas, seguro-desemprego e férias remuneradas acrescidas de um terço do salário)
- instituição de dois turnos para eleições majoritárias
- liberdade sindical e direito à greve
- ampliação da licença-maternidade de três para quatro meses
- direito a licença-paternidade de cinco dias
- instalação do Superior Tribunal de Justiça (STJ), substituindo o Tribunal Federal de Recursos
- criação dos mandados de injunção, de segurança coletivo
- restabelecimento do *habeas corpus*
- criação do *habeas data* (instrumento que garante o direito de informações relativas à pessoa do interessado, conservadas em registros de entidades governamentais ou banco de dados privados de cunho público)
- reforma no sistema tributário
- criação de leis de proteção ao meio ambiente
- fim da censura dos meios de comunicação
- alterações nas leis de assistência e seguridade social

A ESTRUTURA POLÍTICA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO PERÍODO MILITAR

A ESTRUTURA POLÍTICA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO PERÍODO MILITAR

Estrutura

- Controle da nação por meio dos Atos Institucionais, dispositivos contrários à Constituição Federal
- Política fundamentada na profunda centralização de poder e no autoritarismo
- Intervenção estatal na economia, com desenvolvimento econômico nos padrões capitalista e tecnoburocrático, com dependência monetária internacional

GEOGRAFIA DO BRASIL - A NATUREZA BRASILEIRA (RELEVO, HIDROGRAFIA, CLIMA E VEGETAÇÃO)

Relevo

O relevo do Brasil tem formação antiga e atualmente existem várias classificações para o mesmo. Entre elas, destacam-se as dos seguintes professores:

Aroldo de Azevedo - esta classificação data de 1940, sendo a mais tradicional. Ela considera principalmente o nível altimétrico para determinar o que é um planalto ou uma planície.

Aziz Nacib Ab'Saber - criada em 1958, esta classificação despreza o nível altimétrico, priorizando os processos geomorfológicos, ou seja, a erosão e a sedimentação. Assim, o professor considera planalto como uma superfície na qual predomina o processo de desgaste, enquanto planície é considerada uma área de sedimentação.

Jurandyr Ross - é a classificação mais recente, criada em 1995. Baseia-se no projeto Radambrasil, um levantamento feito entre 1970 e 1985, onde foram tiradas fotos aéreas da superfície do território brasileiro, por meio de um sofisticado radar. Jurandyr também utiliza os processos geomorfológicos para elaborar sua classificação, destacando três formas principais de relevo:

- 1) Planaltos
- 2) Planícies
- 3) Depressões

Sendo que:

- Planalto é uma superfície irregular, com altitude acima de 300 metros e produto de erosão.
- Planície é uma área plana, formada pelo acúmulo recente de sedimentos.
- Depressão é uma superfície entre 100 e 500 metros de altitude, com inclinação suave, mais plana que o planalto e formada por processo de erosão.

O território brasileiro é constituído, basicamente, por grandes maciços cristalinos (36%) e grandes bacias sedimentares (64%). Aproximadamente 93% do território brasileiro apresenta altitudes inferiores a 900 m. Em grande parte as estruturas geológicas são muito antigas, datando da Era Paleozóica à Mesozóica, no caso das bacias sedimentares, e da Era Pré-Cambriana, caso dos maciços cristalinos.

As bacias sedimentares formam-se pelo acúmulo de sedimentos em depressão. É um terreno rico em combustíveis fósseis, como carvão, petróleo, gás natural e xisto betuminoso. Os maciços são mais antigos e rígidos e se caracterizam pela presença de rochas cristalinas, como granitos e gnaisses, e são ricos em riquezas minerais metálicas, como ferro e manganês.

O relevo brasileiro não sofre mais a ação de vulcões e terremotos, agentes internos, porém, os agentes externos, como chuvas, ventos, rios, marés, calor e frio, continuam sua obra de esculpir as formas do relevo. Eventualmente, em determinados pontos do território brasileiro podem-se sentir os reflexos dos tremores de terra ocorridos em alguns pontos distantes, como no Chile e Peru.

As unidades do relevo brasileiro são:

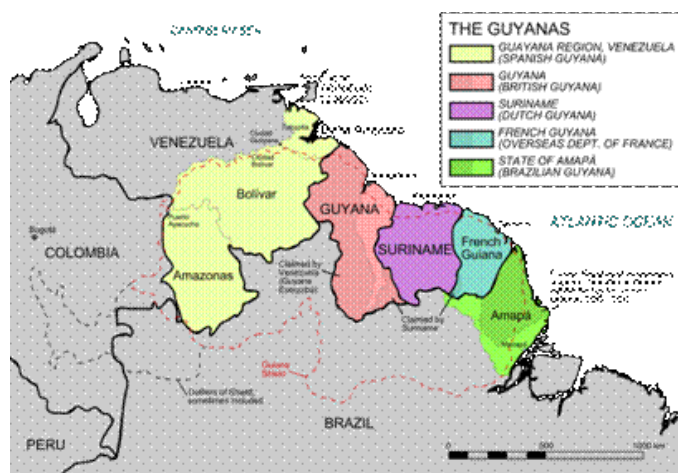
a) Planaltos: das Guianas e Brasileiro (formado pelo Planalto Central, Atlântico e Meridional).

Planalto das Guianas

Ocupando a porção extremo setentrional do país, tem sua maior parte fora do território brasileiro, em terras da Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. Constituído por rochas cristalinas pré-cambrianas, pode ser dividido em duas porções:

- Planalto Norte-Amazônico: também chamado de Baixo Platô, apresenta pequenas elevações levemente onduladas, formando uma espécie de continuação das terras baixas da Planície Amazônica.

- Região Serrana: situada na porção Norte do Planalto, acompanha de perto as fronteiras do Brasil com as Guianas e com a Venezuela. Dominada por dois arcos de escarpas (o Maciço Oriental e o Maciço Ocidental), separados por uma área deprimida e aplainada no noroeste de Roraima. O Maciço Oriental é caracterizado por pequenas altitudes que raramente superam os 600 m, onde se encontram serras como as de Tumucumaque e Açari, enquanto no Maciço Ocidental encontram-se as maiores altitudes absolutas do Brasil, destacando-se na serra do Imeri ou Tapirapecó o pico da Neblina, com 3.014 m de altitude (ponto culminante do país); na fronteira do estado do Amazonas com a Venezuela, o pico 31 de Março, com 2.992 m; e na serra de Pacaraima o monte Roraima, com 2.727 m.



Planalto das Guianas (Fonte: www.sogeografia.com.br)

Planalto Brasileiro

Uma das mais vastas regiões planálticas do mundo, estendendo-se do sul da Amazônia ao Rio Grande do Sul e de Roraima ao litoral Atlântico. É dominado por terrenos cristalinos amplamente recobertos por sedimentos. Por motivos didáticos e pelas diferenças morfológicas que apresenta, pode-se dividi-lo em três subunidades:

- **Planalto Central:** Abrange uma extensa região do Brasil Central, englobando partes do Norte, Nordeste, Sudeste e principalmente do Centro-Oeste. Apresenta terrenos cristalinos antigos fortemente erodidos e amplamente recobertos por sedimentos paleozóicos e mesozóicos. Além de planaltos cristalinos, destacam-se as chapadas recobertas por sedimentos, como dos Parecís, entre Roraima e Mato Grosso.

- **Planalto Atlântico ou Planalto Oriental:** Estende-se do Nordeste, onde é bastante largo, ao nordeste do Rio Grande do Sul. Pode-se também o dividir em duas subunidades distintas:

- i) Região das Chapadas no Nordeste
- ii) Região Serrana

- **Planalto Meridional ou Arenito Basáltico:** Abrange grande parte das terras da região Sul, o centro-oeste de São Paulo, o sul de Minas Gerais e o Triângulo Mineiro, o sul de Goiás e parte leste do Mato Grosso do Sul, correspondendo às terras drenadas pela bacia do rio Paraná. Predominam terrenos sedimentares, assentados sobre o embasamento cristalino, sendo os terrenos mesozóicos associados a rochas vulcânicas, provenientes do derrame de lavas ocorrido nessa era. Essas rochas vulcânicas, em especial o basalto e o diabásio, com o passar do tempo sofreram desagregação pela ação dos agentes erosivos, dando origem a um dos solos mais férteis do Brasil, a chamada “terra roxa”. As áreas onde predominam sedimentos paleozóicos e mesozóicos (arenitos), associados às rochas vulcânicas, constituem uma subunidade do planalto Meridional. Outra subunidade é a Depressão Periférica, uma estreita faixa de terrenos relativamente baixos que predominam arenitos, que se estende de São Paulo a Santa Catarina e parte do Rio Grande do Sul. É no planalto Meridional que aparece com destaque o relevo de “Cuestas”, costas (escarpas) sucessivas de leste para oeste.

b) Planícies: Amazônica, do Pantanal, Costeira e Gaúcha.

Planície Amazônica

Vasta área de terras baixas e planas que corresponde à Bacia Sedimentar Amazônica, onde se distinguem alongadas faixas de sedimentos paleozóicos que afloram na sua porção centro-oriental, além de predominar arenitos, argilitos e areias terciárias e quaternárias. Localizada entre o planalto das Guianas ao norte e o Brasileiro ao sul, a planície é estreita a leste, próximo ao litoral do Pará, e alarga-se bastante para o interior na Amazônia Ocidental.

Planície do Pantanal

Ocupando quase toda metade oeste do Mato Grosso do Sul e o sudeste do Mato Grosso, a planície do Pantanal se estende para além do território brasileiro, em áreas do Paraguai, Bolívia e extremo norte da Argentina, recebendo nesses países a denominação de “Chaco”. Com terras muito planas e baixas (altitude média de 100 m), o Pantanal se constitui numa grande depressão interior do continente que se inunda largamente no verão. Os pontos mais elevados da planície, que ficam a salvo das cheias, levam o nome de “cordilheiras”, e as partes mais baixas, “baías” ou “lagos”.

Planície Costeira

Estendendo-se por quase todo o litoral brasileiro, do Pará ao Rio Grande do Sul, é uma área de sedimentos recentes: terciários e quaternários. Em alguns trechos, principalmente no Sul e Sudeste, a planície é interrompida pela proximidade do planalto Atlântico, dando origem às falésias; em alguns pontos surgem as baixadas litorâneas, destacando-se a baixada Capixaba no Espírito Santo, a baixada Fluminense no Rio de Janeiro, as baixadas Santista e de Iguape em São Paulo, a de Paranaguá no Paraná e a de Laguna em Santa Catarina.

Planície Gaúcha ou dos Pampas

Ocupa, esquematicamente, a metade sul do Rio Grande do Sul, constituída por sedimentos recentes; apresenta-se plana e suavemente ondulada, recebendo a denominação de Coxilhas.

Pontos mais altos

Os relevos brasileiros caracterizam-se por baixas altitudes. Os maiores picos brasileiros, assim como sua localização e altitude, são:

Pico	Serra	Altitude (m)
Neblina	Imeri (AM)	3.014
31 de Março	Imeri (AM)	2.992
Bandeira	Caparaó (ES/MG)	2.890
Roraima	Pacaraima (RR)	2.875
Cruzeiro	Caparaó (ES)	2.861

Fonte: www.sogeografia.com.br

Hidrografia

O Brasil é um país rico em rios e pobre em formações lacustres. Os rios brasileiros são predominantemente de planaltos, o que determina um grande potencial hidrelétrico.

Nossas bacias apresentam como principais dispersores de água: Cordilheira dos Andes, Planalto Guiano e Planalto Brasileiro. Os rios brasileiros são, direta ou indiretamente, afluentes do Atlântico, em consequência da presença da Cadeia Andina, que impossibilita a passagem dos rios em direção ao Pacífico.

Quanto à foz, há uma predominância de estuários, exceto no caso do rio Parnaíba (foz em delta) e do Amazonas (mista = delta + estuário). Predomina o regime pluvial tropical (cheias de verão e vazantes de inverno).

Principais características da hidrografia brasileira

- Grande riqueza fluvial, tanto na quantidade quanto na extensão e no volume de água;
- Pobreza de lagos;
- Predomínio do regime pluvial;
- Predomínio dos rios perenes e de bacias exorreicas (que deságua no mar);

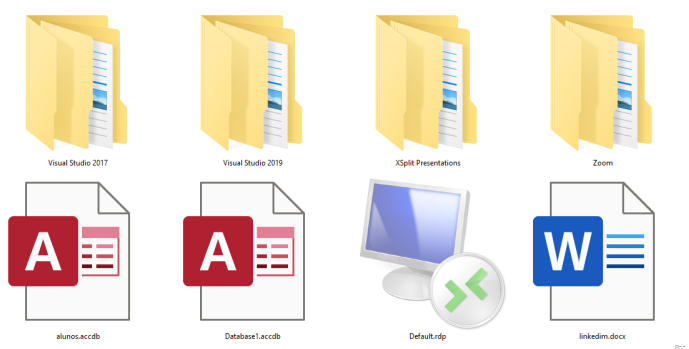
MS-WINDOWS 10: CONCEITO DE PASTAS, DIRETÓRIOS, ARQUIVOS E ATALHOS, ÁREA DE TRABALHO, ÁREA DE TRANSFERÊNCIA, MANIPULAÇÃO DE ARQUIVOS E PASTAS, USO DOS MENUS, PROGRAMAS E APLICATIVOS, INTERAÇÃO COM O CONJUNTO DE APLICATIVOS

Conceito de pastas e diretórios

Pasta algumas vezes é chamada de diretório, mas o nome “pasta” ilustra melhor o conceito. Pastas servem para organizar, armazenar e organizar os arquivos. Estes arquivos podem ser documentos de forma geral (textos, fotos, vídeos, aplicativos diversos).

Lembrando sempre que o Windows possui uma pasta com o nome do usuário onde são armazenados dados pessoais.

Dentro deste contexto temos uma hierarquia de pastas.



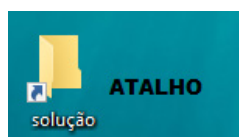
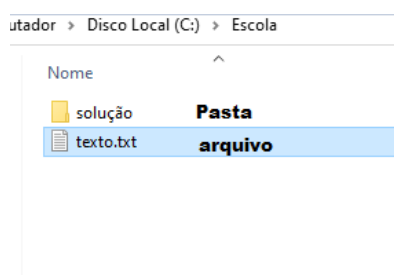
No caso da figura acima temos quatro pastas e quatro arquivos.

Arquivos e atalhos

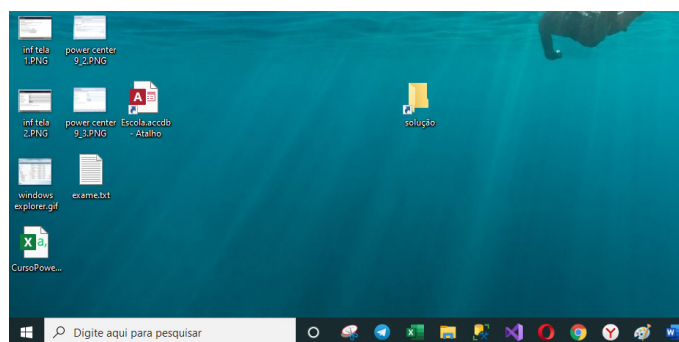
Como vimos anteriormente: pastas servem para organização, vimos que uma pasta pode conter outras pastas, arquivos e atalhos.

• **Arquivo** é um item único que contém um determinado dado. Estes arquivos podem ser documentos de forma geral (textos, fotos, vídeos e etc.), aplicativos diversos, etc.

• **Atalho** é um item que permite fácil acesso a uma determinada pasta ou arquivo propriamente dito.



Área de trabalho



Área de transferência

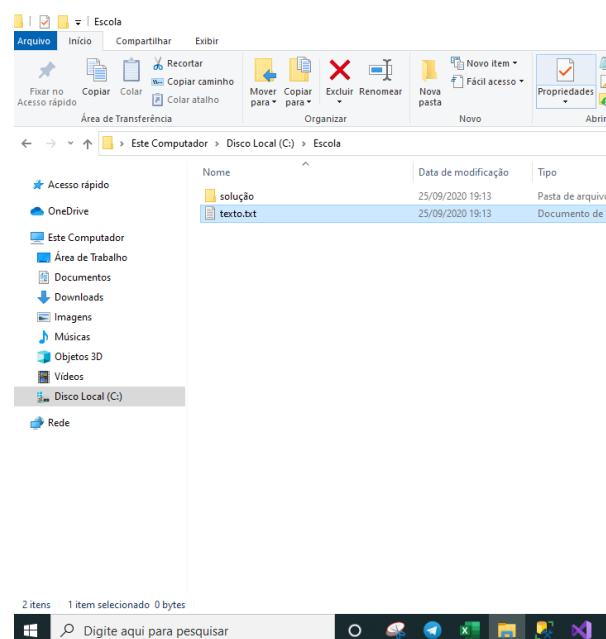
A área de transferência é muito importante e funciona em segundo plano. Ela funciona de forma temporária guardando vários tipos de itens, tais como arquivos, informações etc.

– Quando executamos comandos como “Copiar” ou “Ctrl + C”, estamos copiando dados para esta área intermediária.

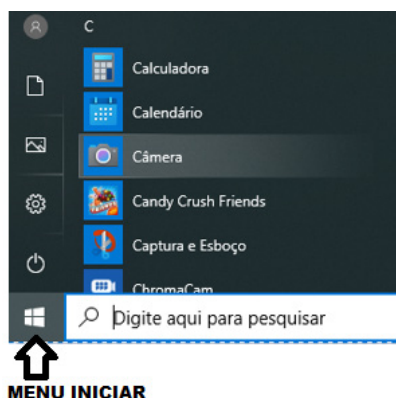
– Quando executamos comandos como “Colar” ou “Ctrl + V”, estamos colando, isto é, estamos pegando o que está gravado na área de transferência.

Manipulação de arquivos e pastas

A caminho mais rápido para acessar e manipular arquivos e pastas e outros objetos é através do “Meu Computador”. Podemos executar tarefas tais como: copiar, colar, mover arquivos, criar pastas, criar atalhos etc.



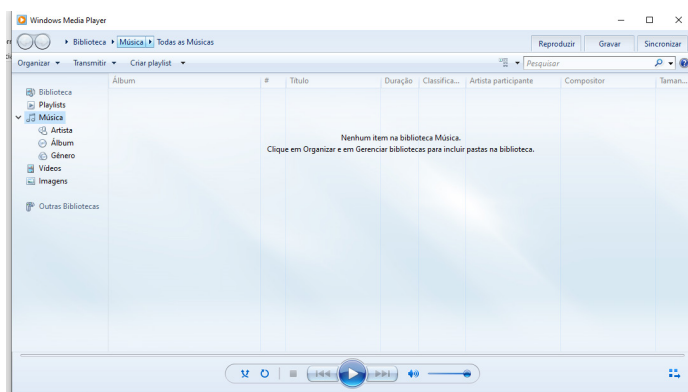
Uso dos menus



Programas e aplicativos e interação com o usuário

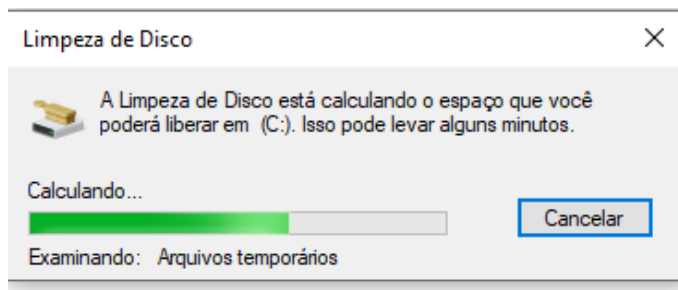
Vamos separar esta interação do usuário por categoria para entendermos melhor as funções categorizadas.

– **Música e Vídeo:** Temos o Media Player como player nativo para ouvir músicas e assistir vídeos. O Windows Media Player é uma excelente experiência de entretenimento, nele pode-se administrar bibliotecas de música, fotografia, vídeos no seu computador, copiar CDs, criar playlists e etc., isso também é válido para o media center.

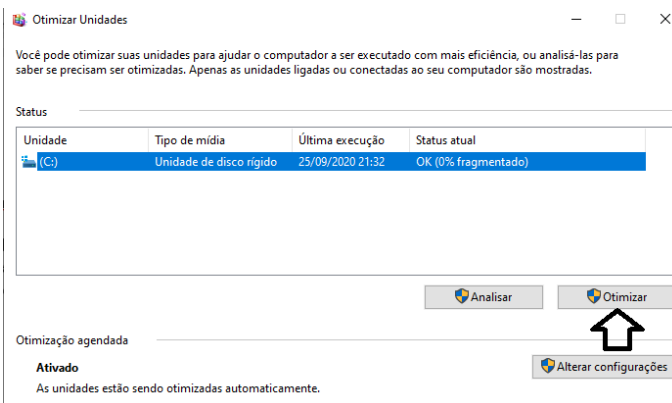


– Ferramentas do sistema

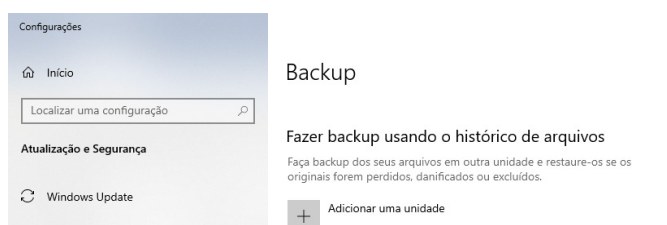
• A **limpeza de disco** é uma ferramenta importante, pois o próprio Windows sugere arquivos inúteis e podemos simplesmente confirmar sua exclusão.



• O **desfragmentador de disco** é uma ferramenta muito importante, pois conforme vamos utilizando o computador os arquivos ficam internamente desorganizados, isto faz que o computador fique lento. Utilizando o desfragmentador o Windows se reorganiza internamente tornando o computador mais rápido e fazendo com que o Windows acesse os arquivos com maior rapidez.

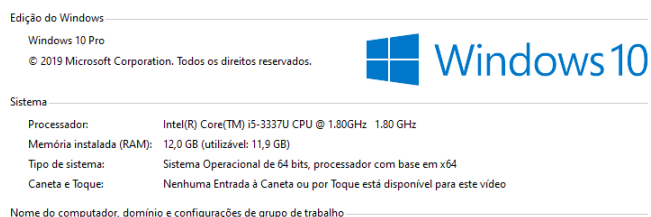


• O **recurso de backup** e restauração do Windows é muito importante pois pode ajudar na recuperação do sistema, ou até mesmo escolher seus arquivos para serem salvos, tendo assim uma cópia de segurança.

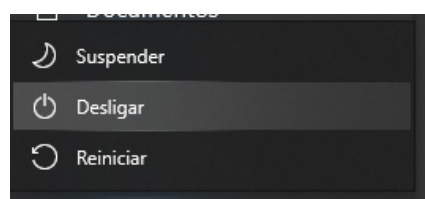


Inicialização e finalização

Exibir informações básicas sobre o computador



Quando fizermos login no sistema, entraremos direto no Windows, porém para desligá-lo devemos recorrer ao menu de inicialização e finalização:



CONSTITUIÇÃO FEDERAL. TÍTULO II – DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS: CAPÍTULO I – DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS; CAPÍTULO IV – DOS DIREITOS POLÍTICOS

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

Distinção entre Direitos e Garantias Fundamentais

Pode-se dizer que os direitos fundamentais são os bens jurídicos em si mesmos considerados, de cunho declaratório, narrados no texto constitucional. Por sua vez, as garantias fundamentais são estabelecidas na mesma Constituição Federal como instrumento de proteção dos direitos fundamentais e, como tais, de cunho assecuratório.

Evolução dos Direitos e Garantias Fundamentais

Direitos Fundamentais de Primeira Geração

Possuem as seguintes características:

- a) surgiram no final do século XVIII, no contexto da Revolução Francesa, fase inaugural do constitucionalismo moderno, e dominaram todo o século XIX;
- b) ganharam relevo no contexto do Estado Liberal, em oposição ao Estado Absoluto;
- c) estão ligados ao ideal de liberdade;
- d) são direitos negativos, que exigem uma abstenção do Estado em favor das liberdades públicas;
- e) possuíam como destinatários os súditos como forma de proteção em face da ação opressora do Estado;
- f) são os direitos civis e políticos.

Direitos Fundamentais de Segunda Geração

Possuem as seguintes características:

- a) surgiram no início do século XX;
- b) apareceram no contexto do Estado Social, em oposição ao Estado Liberal;
- c) estão ligados ao ideal de igualdade;
- d) são direitos positivos, que passaram a exigir uma atuação positiva do Estado;
- e) correspondem aos direitos sociais, culturais e econômicos.

Direitos Fundamentais de Terceira Geração

Em um próximo momento histórico, foi despertada a preocupação com os bens jurídicos da coletividade, com os denominados interesses metaindividuais (difusos, coletivos e individuais homogêneos), nascendo os direitos fundamentais de terceira geração.

Direitos Metaindividuais		
	Natureza	Destinatários
Difusos	Indivisível	Indeterminados
Coletivos	Indivisível	Determináveis ligados por uma relação jurídica
Individuais Homogêneos	Divisível	Determinados ligados por uma situação fática

Os Direitos Fundamentais de Terceira Geração possuem as seguintes características:

- a) surgiram no século XX;
- b) estão ligados ao ideal de fraternidade (ou solidariedade), que deve nortear o convívio dos diferentes povos, em defesa dos bens da coletividade;
- c) são direitos positivos, a exigir do Estado e dos diferentes povos uma firme atuação no tocante à preservação dos bens de interesse coletivo;
- d) correspondem ao direito de preservação do meio ambiente, de autodeterminação dos povos, da paz, do progresso da humanidade, do patrimônio histórico e cultural, etc.

Direitos Fundamentais de Quarta Geração

Segundo Paulo Bonavides, a globalização política é o fator histórico que deu origem aos direitos fundamentais de quarta geração. Eles estão ligados à democracia, à informação e ao pluralismo. Também são transindividuais.

Direitos Fundamentais de Quinta Geração

Paulo Bonavides defende, ainda, que o direito à paz representaria o direito fundamental de quinta geração.

Características dos Direitos e Garantias Fundamentais

São características dos Direitos e Garantias Fundamentais:

- a) **Historicidade:** não nasceram de uma só vez, revelando sua índole evolutiva;
- b) **Universalidade:** destinam-se a todos os indivíduos, independentemente de características pessoais;
- c) **Relatividade:** não são absolutos, mas sim relativos;
- d) **Irrenunciabilidade:** não podem ser objeto de renúncia;
- e) **Inalienabilidade:** são indisponíveis e inalienáveis por não possuírem conteúdo econômico-patrimonial;
- f) **Imprescritibilidade:** são sempre exercíveis, não desaparecendo pelo decurso do tempo.

Destinatários dos Direitos e Garantias Fundamentais

Todas as pessoas físicas, sem exceção, jurídicas e estatais, são destinatárias dos direitos e garantias fundamentais, desde que compatíveis com a sua natureza.

Eficácia Horizontal dos Direitos e Garantias Fundamentais

Muito embora criados para regular as relações verticais, de subordinação, entre o Estado e seus súditos, passam a ser empregados nas relações provadas, horizontais, de coordenação, envolvendo pessoas físicas e jurídicas de Direito Privado.

Natureza Relativa dos Direitos e Garantias Fundamentais

Encontram limites nos demais direitos constitucionalmente consagrados, bem como são limitados pela intervenção legislativa ordinária, nos casos expressamente autorizados pela própria Constituição (princípio da reserva legal).

Colisão entre os Direitos e Garantias Fundamentais

O princípio da proporcionalidade sob o seu triplo aspecto (adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito) é a ferramenta apta a resolver choques entre os princípios esculpidos na Carta Política, sopesando a incidência de cada um no caso concreto, preservando ao máximo os direitos e garantias fundamentais constitucionalmente consagrados.

Os quatro *status* de Jellinek

a) *status passivo ou subjectionis*: quando o indivíduo encontra-se em posição de subordinação aos poderes públicos, caracterizando-se como detentor de deveres para com o Estado;

b) *status negativo*: caracterizado por um espaço de liberdade de atuação dos indivíduos sem ingerências dos poderes públicos;

c) *status positivo ou status civitatis*: posição que coloca o indivíduo em situação de exigir do Estado que atue positivamente em seu favor;

d) *status ativo*: situação em que o indivíduo pode influir na formação da vontade estatal, correspondendo ao exercício dos direitos políticos, manifestados principalmente por meio do voto.

Referências Bibliográficas:

DUTRA, Luciano. *Direito Constitucional Essencial. Série Provas e Concursos. 2ª edição* – Rio de Janeiro: Elsevier.

Dos Direitos e Garantias Fundamentais

Direito à Vida

O direito à vida deve ser observado por dois prismas: o direito de permanecer vivo e o direito de uma vida digna.

O direito de permanecer vivo pode ser observado, por exemplo, na vedação à pena de morte (salvo em caso de guerra declarada).

Já o direito à uma vida digna, garante as necessidades vitais básicas, proibindo qualquer tratamento desumano como a tortura, penas de caráter perpétuo, trabalhos forçados, cruéis, etc.

Direito à Liberdade

O direito à liberdade consiste na afirmação de que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de lei. Tal dispositivo representa a consagração da autonomia privada.

Trata-se a liberdade, de direito amplo, já que compreende, dentre outros, as liberdades: de opinião, de pensamento, de locomoção, de consciência, de crença, de reunião, de associação e de expressão.

Direito à Igualdade

A igualdade, princípio fundamental proclamado pela Constituição Federal e base do princípio republicano e da democracia, deve ser encarada sob duas óticas, a igualdade material e a igualdade formal.

A igualdade formal é a identidade de direitos e deveres concedidos aos membros da coletividade por meio da norma.

Por sua vez, a igualdade material tem por finalidade a busca da equiparação dos cidadãos sob todos os aspectos, inclusive o jurídico. É a consagração da máxima de Aristóteles, para quem o princípio da igualdade consistia em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida em que eles se desiguam.

Sob o pálio da igualdade material, caberia ao Estado promover a igualdade de oportunidades por meio de políticas públicas e leis que, atentos às características dos grupos menos favorecidos, compensassem as desigualdades decorrentes do processo histórico da formação social.

Direito à Privacidade

Para o estudo do Direito Constitucional, a privacidade é gênero, do qual são espécies a intimidade, a honra, a vida privada e a imagem. De maneira que, os mesmos são invioláveis e a eles assegura-se o direito à indenização pelo dano moral ou material decorrente de sua violação.

Direito à Honra

O direito à honra almeja tutelar o conjunto de atributos pertinentes à reputação do cidadão sujeito de direitos, exatamente por tal motivo, são previstos no Código Penal.

Direito de Propriedade

É assegurado o direito de propriedade, contudo, com restrições, como por exemplo, de que se atenda à função social da propriedade. Também se enquadram como espécies de restrição do direito de propriedade, a requisição, a desapropriação, o confisco e o usucapião.

Do mesmo modo, é no direito de propriedade que se asseguram a inviolabilidade do domicílio, os direitos autorais (propriedade intelectual) e os direitos reativos à herança.

Referências Bibliográficas:

DUTRA, Luciano. *Direito Constitucional Essencial. Série Provas e Concursos. 2ª edição* – Rio de Janeiro: Elsevier.

Direitos sociais

Os direitos sociais regem-se pelos princípios abaixo:

→ **Princípio da proibição do retrocesso**: qualifica-se pela impossibilidade de redução do grau de concretização dos direitos sociais já implementados pelo Estado. Ou seja, uma vez alcançado determinado grau de concretização de um direito social, fica o legislador proibido de suprimir ou reduzir essa concretização sem que haja a criação de mecanismos equivalentes chamados de medias compensatórias.

→ **Princípio da reserva do possível**: a implementação dos direitos e garantias fundamentais de segunda geração esbarram no óbice do financeiramente possível.

→ **Princípio do mínimo existencial**: é um conjunto de bens e direitos vitais básicos indispensáveis a uma vida humana digna, intrinsecamente ligado ao fundamento da dignidade da pessoa humana previsto no Artigo 1º, III, CF. A efetivação do mínimo existencial não se sujeita à reserva do possível, pois tais direitos se encontram na estrutura dos serviços públicos essenciais.

Referências Bibliográficas:

DUTRA, Luciano. *Direito Constitucional Essencial. Série Provas e Concursos. 2ª edição* – Rio de Janeiro: Elsevier.

Nacionalidade

A Nacionalidade é o vínculo jurídico-político de Direito Público interno, que faz da pessoa um dos elementos componentes da dimensão pessoal do Estado (o seu povo).

Considera-se povo o conjunto de nacionais, ou seja, os brasileiros natos e naturalizados.